

Estado Novo: repressão e resistência comunista

Prof. Augusto César Buonicore¹

A crise do capitalismo iniciada em 1929 abalou fortemente a economia agrário-exportadora brasileira, assentada quase exclusivamente no café, e agravou ainda mais os problemas enfrentados pela República Oligárquica. A sucessão presidencial foi a gota d'água nesse processo. Visando manter seu predomínio no poder, em meio à *débâcle* econômica, a oligarquia de São Paulo rompeu o histórico acordo com a oligarquia mineira (a chamada política café com leite) e indicou o nome do paulista Júlio Prestes à presidência da República. Ele substituiria Washington Luís.

Sentindo-se traídas, as classes dominantes mineiras se uniram à dissidência gaúcha e – com o apoio dos tenentes – lançaram a candidatura de Getúlio Vargas, presidente do estado do Rio Grande do Sul. Para vice-presidência indicaram o paraibano João Pessoa. Grupos de oposição às oligarquias hegemônicas nos estados – como o Partido Democrático de São Paulo – aderiram a esta frente. Formou-se, assim, a Aliança Liberal. O seu programa tinha como principais pontos o voto secreto e a anistia. E dava alguma ênfase às questões sociais. Falava em proteção do trabalho de mulheres e crianças e na efetiva aplicação da lei de férias e construção de vilas operárias.

Dezessete governadores apoiaram Júlio Prestes e apenas três deram apoio a Vargas. A fraude campeou solta dos dois lados, mas o PRP e seus aliados tinham em suas mãos um maior esquema eleitoral. Na eleição, ocorrida em 1º de março de 1930, Júlio Prestes obteve 1.027.000 votos e Getúlio 809.307.

Depois da derrota, os líderes da dissidência oligárquica se apressaram em buscar um acordo com as forças vitoriosas. Não passava pelas suas cabeças pegar em armas. João Pessoa declarou que preferia “dez Júlio Prestes a uma revolução”.

A calma, contudo, era aparente, pois os tenentes e alguns políticos oposicionistas mais jovens preparavam uma nova insurreição. O ritmo dos acontecimentos foi acelerado com o assassinato de João Pessoa, ocorrido em 26 de julho. O crime não teve relação com a sucessão presidencial, mas

¹ Augusto César Buonicore é historiador e secretário-geral da Fundação Maurício Grabois. É autor dos livros *Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros* e *Meu verbo é lutar: a vida e o pensamento de João Amazonas*, ambos publicados pela Editora Anita Garibaldi. Este artigo foi apresentado no Encontro de Aprofundamento Temático realizado no dia 20 de setembro de 2014.

ocorreram violentas manifestações de protestos e os tenentes resolveram se sublevar. Aberta a crise revolucionária, os setores oligárquicos buscaram tomar a frente. Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, declarou: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”.

A rebelião se iniciou no Rio Grande do Sul em três de outubro. Um mês depois Vargas tomou posse como presidente. O Congresso foi suspenso e os governadores substituídos por interventores. Multidões invadiram as delegacias para libertar os presos políticos e depredaram as sedes dos partidos e dos jornais governistas.

Os comunistas e a Revolução de 1930

Entre 1924 e 1928, os comunistas vinham adotando uma política de aproximação com os tenentes revolucionários, considerados representantes da pequena burguesia urbana. Chegaram a se reunir com Luiz Carlos Prestes, principal líder tenentista, e lhe propuseram uma aliança. Tentaram convencê-lo a se lançar candidato à presidência pelo Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1930. Nos seus documentos chegaram mesmo a prever uma terceira revolta – maior que as duas anteriores, as de 1922 e de 1924. Por isso, os trabalhadores deveriam se preparar para atuar nela, ao lado dos tenentes e setores da oposição burguesa.

Contudo, a partir do VI Congresso da Internacional Comunista (IC), em 1928, ocorreu um processo de esquerdização no interior do movimento comunista. Advogava-se que estávamos no chamado terceiro período, no qual o capitalismo – depois de ter passado por uma etapa de estabilização relativa – teria ingressado numa fase de crise catastrófica, colocando na ordem do dia a revolução socialista. Por isso, era preciso radicalizar a luta contra a socialdemocracia que, por sua influência reformista junto aos trabalhadores, se constituía num sério obstáculo às transformações revolucionárias em curso. Joseph Stalin, indo mais longe, afirmaria: “Objetivamente, a socialdemocracia é a ala moderada do fascismo (...). As duas organizações não se excluem, complementam-se. Não são antípodas, são gêmeas”.

Assim, fecharam-se as portas para quaisquer alianças com as direções socialdemocratas, agora denominadas de social-fascistas. As políticas sectárias adotadas por comunistas e socialistas contribuíram para a ascensão de Hitler na Alemanha em janeiro de 1933.

Não demorou muito para que as teses defendidas pelo PCB – que apregoavam alianças amplas – fossem criticadas. Em maio de 1930 o Secretariado Sul-Americano da IC debateu “a questão brasileira”. O documento aprovado afirmava: “somente uma ruptura enérgica e definitiva com os grupos pequeno-burgueses e uma luta sem quartel contra suas ideologias, seu programa e sua tática, constituem a condição prévia da formação de um partido proletário de vanguarda”. Os comunistas deveriam “desmascarar impiedosamente todas as vacilações da pequena burguesia, concentrando suas críticas especialmente sobre a esquerda desta e a fração mais radical.” Esta é uma clara adaptação da tese do “social-fascismo” à realidade brasileira. No caso, a socialdemocracia era substituída pelo “prestismo”.

Quando se iniciaram as mobilizações militares em outubro de 1930, a direção do PCB – já dentro da nova política – conclamou os trabalhadores à “luta revolucionária contra os dois bandos (...), contra Washington Luís e contra a Aliança Liberal”. Em janeiro de 1931, afirmaria: "O movimento dirigido pela Aliança Liberal está longe de ser um movimento democrático, progressista. Sua vitória é uma vitória da reação, dirigida contra o proletariado (...), contra as massas camponesas e contra a pequena burguesia empobrecida". Foi essa visão esquerdista que colocou os comunistas fora do curso real dos acontecimentos.

A reação oligárquica e a oposição popular

Em maio de 1931 os tenentes criaram o Clube 3 de Outubro. Esse era o principal instrumento político que tinham para disputar espaços no interior da sociedade e do poder com os partidos oligárquicos regionais.

O governo Vargas sofreu oposição das oligarquias e também de setores da esquerda, especialmente do PCB. Os objetivos dos dois grupos eram bem distintos. O primeiro queria a volta da situação anterior. O segundo queria avançar no sentido de um governo democrático-popular, anti-imperialista e antilatifundiário. Getúlio Vargas, por sua vez, não se propunha a seguir nenhum desses dois caminhos.

A demora de Vargas em convocar eleições para a Constituinte e os governos estaduais, mantidos sob intervenção, levou setores das oligarquias que apoiaram a Revolução de 1930 – como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – a se unirem com suas adversárias tiradas do poder. Em

São Paulo, por exemplo, o Partido Democrático se aliou ao velho PRP e constituíram a Frente Única Paulista (FUP). O objetivo era tirar Vargas e os tenentes do poder. O álibi, contudo, seria a necessidade de constitucionalizar e democratizar o Brasil.

Visando a desarmar o clima de tensão, em fevereiro de 1932, Vargas publicou o novo Código Eleitoral, estabelecendo o sufrágio secreto, a Justiça Eleitoral, o direito de voto às mulheres e convocando eleições para maio de 1933. Por fim, para agradar as elites de São Paulo, indicou o interventor civil e paulista, Pedro de Toledo. Todas essas concessões foram consideradas insuficientes e, em 9 de julho, teve início uma revolta armada de São Paulo: a Revolução Constitucionalista.

A derrota dos revoltosos enfraqueceu ainda mais as oligarquias oposicionistas, cujas principais lideranças se exilaram. Contraditoriamente, ela também marcou o declínio do tenentismo, pois a guerra civil levou ao fortalecimento da disciplina e da hierarquia no interior do exército, que passou a ser controlado pelos generais.

Em São Paulo, Vargas se encaminhou para a conciliação e, em 1933, indicou como interventor o paulista e constitucionalista, Armando Salles de Oliveira. E, contra o desejo dos tenentes, manteve as eleições para a Assembleia Constituinte. Como esperado, os partidos oligárquicos fizeram uma grande bancada. Os tenentes também tiveram alguma representação.

A nova Constituição, aprovada em julho de 1934, refletia essa correlação de forças. Ela era politicamente liberal – incluindo os elementos do código eleitoral. Ao mesmo tempo, incorporava direitos sociais e aumentava a presença estatal na economia. Estes dois últimos itens foram o resultado da intervenção dos deputados ligados ao tenentismo e da chamada bancada classista, eleita por critérios corporativos. Vargas foi reconduzido à presidência através do Congresso.

A nova Carta não agradou ao governo pelo excesso de liberalismo. Ele queria mais poderes para implantar o seu projeto. Por isso, logo após a promulgação, o presidente disse que ele seria o seu primeiro revisor. Os comunistas também criticaram a Constituição, chamando-a de “feudal-clerical”, pelas concessões feitas aos agrários, à igreja católica e ao imperialismo.

A continuidade da crise do capitalismo e a existência de maiores liberdades políticas no país tiveram como consequência o acirramento das lutas sociais, com a realização de inúmeras greves e

manifestações operárias, e a polarização político-ideológica entre esquerda e direita. Esse era um fenômeno mundial.

Em outubro de 1932, Plínio Salgado fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse movimento copiava o modelo fascista europeu: uniforme (camisas verdes), símbolo (sigma), saudação (anauês) com as mãos estendidas e as manifestações de rua. Sua ideologia era uma mescla de nacionalismo xenófobo, fundamentalismo católico e anticomunismo. Os integralistas realizaram sua primeira marcha em São Paulo no dia 23 de março de 1933, criando muita apreensão nos setores democráticos e populares.

No início daquele mesmo ano, os comunistas formaram o “Comitê contra a reação, o fascismo e a guerra imperialista”, que em 15 de março realizou sua primeira convenção nacional. Essa iniciativa era limitada devido à visão estreita que as Frentes Únicas deviam dar-se apenas com as bases populares e não com as suas direções.

Ao lado dessa articulação, em 25 de junho de 1933, várias entidades dirigidas por socialistas, trotskistas e tenentistas se reuniram e fundaram a Frente Única Antifascista (FUA). Os comunistas não participaram oficialmente dela, mas estiveram presentes em seus comícios.

No mês de novembro, os integralistas anunciaram nova manifestação em São Paulo. Desta vez, os grupos antifascistas ameaçaram com uma contramanifestação e os adeptos do sigma tiveram que recuar. Esta foi a primeira vitória da esquerda coligada contra a extrema-direita brasileira. Os confrontos físicos entre antifascistas – reunidos em Frentes Únicas – multiplicaram-se.

Um marco desse processo foi a Batalha da Praça de Sé, ocorrida em 7 de outubro de 1934. Nesse dia, os antifascistas paulistas desbarataram uma grande manifestação integralista, que pretendia reunir 10 mil pessoas. Houve mortos e feridos dos dois lados. Assim, os fascistas brasileiros não conseguiram tomar as ruas e intimidar as correntes democráticas e populares, como havia ocorrido na Itália e na Alemanha.

Nesse período, a Internacional Comunista já preparava o terreno para as grandes mudanças que ocorreriam no seu VII Congresso, realizado em agosto 1935. Nele, a linha sectária do “3º período” daria lugar às políticas de Frentes Populares contra o fascismo. Em junho de 1934, o presidente da IC, George Dimitrov, havia afirmado: “É necessário abandonar a posição a qual só é possível dar

vida à Frente Única pela base; é preciso deixar de considerar como oportunismo qualquer orientação que se dirija também, simultaneamente, aos organismos dirigentes dos partidos socialdemocratas”.

No Brasil, essa nova política se traduziria no apoio dos comunistas à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no início de 1935. Esta entidade congregaria as forças democráticas, antifascistas e antiimperialistas. Nela, estariam presentes comunistas, socialistas, tenentes e liberais progressistas. Do seu programa constava: suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas. Não era, portanto, um programa socialista e sim democrático-popular (ou nacional-libertador).

A ANL conheceu um rápido crescimento. Em três meses foram criados 1600 núcleos. Ela chegou a ter mais de 50 mil inscritos no Distrito Federal. Isso fez com que se criassem ilusões quanto à sua real força.

Reagindo contra isso, em abril, o governo promulgou a Lei de Segurança Nacional (LSN). O objetivo era intimidar o movimento operário, que vivia uma fase de ascensão, e dar instrumentos legais para uma repressão maior às correntes revolucionárias, que começavam a ter influência junto às tropas.

Alguns meses depois, no dia 5 de julho, num grande ato público, foi lido um manifesto de Prestes, presidente de honra da ANL, no qual defendia a derrubada de Vargas e a constituição de um governo de libertação nacional, sob a direção da ANL. Era, justamente, o pretexto que Vargas estava esperando. Então, usando a nova LSN, fechou a ANL, ocupou suas sedes e iniciou a perseguição a seus dirigentes.

Ainda em julho, a jovem comunista judia Genny Gleizer, de apenas 17 anos, foi presa em São Paulo quando participava da organização do 1º Congresso da Juventude Operária e Estudantil. Ela ficou desaparecida por vários dias – transportada por diversas prisões do estado. Ocorreu, então, uma campanha pela sua localização e libertação. Vargas, aproveitando-se do fato de ela ter nascido na Romênia, determinou sua expulsão do país. A garota, acusada de ser uma perigosa agente da Internacional Comunista, deixou a prisão e o Brasil em outubro.

Nesse período, os comunistas começaram a preparar a revolução nacional-libertadora. Contudo, o movimento foi precipitado pelas rebeliões em Natal (RN) e Recife (PE) nos dias 23 e 25 de novembro. Diante do fato consumado, Prestes determinou o levante imediato no Rio de Janeiro. As revoltas, reduzidas aos quartéis, foram rapidamente derrotadas.

Em meio às mobilizações militares, Vargas conseguiu aprovar a decretação do Estado do Sítio por 30 dias. Criou a Comissão Nacional da Repressão ao Comunismo e a entregou a um deputado integralista. Ela foi encarregada de expurgar os suspeitos de ser comunistas dos serviços públicos, inclusive das Forças Armadas.

A polícia simplesmente prendia aqueles que algum dia tivessem sido fichados como comunistas ou marxistas, tendo ou não participado da revolta. Entre os detidos estavam vários professores da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, como Leônidas de Rezende e Hermes Lima.

Rapidamente lotaram-se as celas das delegacias de polícia, da Casa de Detenção, da Casa de Correção e da Colônia Correccional de Dois Rios na Ilha Grande. Então, passaram a utilizar as instalações do navio Dom Pedro I, ancorado na Baía da Guanabara.

Em São Paulo, onde não houve rebelião, a repressão também foi dura. Em janeiro de 1936 foi preso Sebastião Francisco, secretário do Comitê Regional do PCB. Centenas de comunistas e aliancistas tiveram o mesmo destino. Depois de interrogados, iam lotar as celas dos presídios do Paraíso e da Maria Zélia. Este último chegou a ter 400 prisioneiros políticos.

Entre os principais comunistas apanhados pela repressão no início de 1936 estavam: o secretário-geral do PCB, Antonio Maciel Bonfim (Miranda), preso em janeiro; e Luiz Carlos Prestes com sua companheira Olga Benário, presos em março. Outro grande feito da polícia nesse período foi a captura dos assessores da IC que tinham chegado ao Brasil. Os seus nomes eram: Harry Berger (ou Arthur Ewert), Rodolfo Ghioldi, Victor Alan Baron e Leon Jules Vallée.

Berger e sua companheira Elise Saborowski (a Sabo) foram brutalmente torturados. Ele acabou enlouquecendo na prisão. Em sua defesa (de Berger), o advogado Sobral Pinto chegou a utilizar a lei de proteção aos animais. Baron morreu sob tortura e seu corpo foi atirado do prédio da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Olga e Elise foram deportadas para a Alemanha nazista, onde

morreram num campo de concentração. A violência contra a massa de prisioneiros, especialmente os oriundos das camadas populares, foi algo poucas vezes visto na nossa história política.

Até os primeiros meses de 1936 foram presas aproximadamente 20 mil pessoas. Nesta lista estavam cinco mil mulheres. Ficou famosa a “sala 4” do Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Por ali passaram Olga Benário, Elise Saborowski, Nise da Silveira, Eugênia Álvaro Moreira, Beatriz Bandeira, dentre outras. Em São Paulo foi alugada uma casa ao lado do presídio Paraíso para abrigar as presas, entre elas Patrícia Galvão e sua irmã Sidéria.

O combate ao comunismo unificou as classes dominantes e seus representantes no parlamento e na imprensa. A ação repressiva do governo foi aplaudida por quase todos os jornais. *O Estado de S. Paulo* afirmou: “não é só a polícia (...) que deve combater o comunismo. Somos todos nós. É o governo, são as famílias, é a sociedade, é cada cidadão”. Poucos protestaram contra a barbárie que acontecia nos cárceres.

Em março de 1936, o Congresso aprovou a decretação do Estado de Guerra por 90 dias. O novo decreto suspendia direitos individuais até então respeitados, como as imunidades parlamentares. Isso possibilitou que fossem presos o senador Abel Chermont (PA) e os deputados Abguar Bastos (PA), Domingos Velasco (GO), João Mangabeira (BA) e Otávio Siqueira (PR). Todos eram membros destacados da esquerda parlamentar e ligados à Aliança Nacional Libertadora. Em abril seria detido Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal e amigo de Vargas.

Desde novembro de 1935, começaram a chegar notícias de sevícias contra presos políticos, especialmente soldados, cabos, sargentos e civis de baixa condição social. Existia uma ordem para que os oficiais presos não fossem maltratados. Vítimas de torturas foram Gregório Bezerra e seu irmão José Lourenço, morto em Pernambuco em agosto de 1936. Naquele estado, inúmeros comunistas foram seviciados e mortos, como José Maria de Souza e Luis Bispo de França.

Outro supliciado foi o jovem Carlos Marighella, preso em maio de 1936. Ele permaneceu sob tortura por um mês. Sofreu inúmeros espancamentos até desmaiar. Queimaram seu corpo com cigarros. Aplicaram-lhe a famigerada tortura chinesa, que consistia em enfiar alfinete debaixo das unhas. Além desses, outros métodos de torturas usados naquela época eram: arrancar unhas com

alicate, queimar o corpo com maçarico, aréola de anjo (torniquete na cabeça). Já se começava a usar choques elétricos, mas esta ainda não era uma prática generalizada.

Em setembro de 1936, foi aprovado o projeto de criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). A sua função era julgar, em primeira instância e mais rapidamente, os acusados de promover atividades contra a segurança do país. A oposição arguiu a sua inconstitucionalidade. Uma grande parte dos aliancistas presos, mesmo sob ameaças, se recusou a prestar depoimento e se defender diante do TSN. Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, este tribunal sentenciou 1420 pessoas.

A partir de 1938 a ilha de Fernando de Noronha (PE) foi transformada em colônia penal agrícola para presos políticos. Entre seus hóspedes estavam Gregório Bezerra, Agildo Barata, Carlos Marighella, Ilvo Meireles, Antonio Maciel Bonfim (Miranda) e o padeiro José Caetano Machado, que fora por curto período secretário-geral do PCB, entre centenas de outros.

Uma das características desses presídios políticos era a existência dos coletivos, democraticamente eleitos, que coordenam as atividades dos presos e os representam diante das autoridades carcerárias. Eles também organizavam atividades culturais e esportivas e, principalmente, cursos de vários tipos, inclusive de alfabetização. Os coletivos distribuíam tarefas e ajudavam, através dos recursos coletados (dinheiro, cigarros, cobertores, roupas, remédios, sabonetes), os que estavam em situação de maior dificuldade. Ironicamente, alguns diziam que, no Brasil, só existia democracia no interior dos presídios políticos.

Após a derrota do levante de 1935 e a prisão de Miranda, o que restou do Comitê Central do PCB (Lauro Reginaldo da Rocha, Honório de Freitas Guimarães e Eduardo Ribeiro Xavier) refugiou-se provisoriamente no Nordeste, onde a repressão era menor. Por algum tempo ainda se alimentou a ilusão quanto à possibilidade de retomada da luta revolucionária. Apenas no final de 1936 foi reorganizado o secretariado nacional em São Paulo, sob a direção de Lauro Reginaldo (Bangu).

Um artigo num jornal da ALN mostra bem a alteração que estava ocorrendo na tática dos comunistas: “O governo popular passou a ser uma perspectiva para uma nova etapa, sendo que nossa tarefa imediata é deter o avanço da reação”. Uma nota do PCB de março de 1937 dizia: “O Partido Comunista não visa destruir as instituições democráticas estabelecidas na Constituição – ao

contrário, defendendo os interesses do proletariado e do povo, lutamos e lutaremos pelo respeito e aplicação da Constituição brasileira, o único caminho para salvar a nossa pátria da invasão fascista”.

Os liberais continuavam acreditando no calendário eleitoral, que previa eleição presidencial para o início de 1938. As principais candidaturas eram as de Armando Salles de Oliveira – ex-interventor e com apoio das elites paulistas e gaúchas – e José Américo de Almeida. Este era nordestino, tinha sido ministro de Getúlio e contava com o apoio dos ex-tenentes. Era considerado o candidato governista, embora tivesse um discurso crítico e próximo das esquerdas. De fato, o presidente não fez nenhum movimento a fim de ajudá-lo na campanha.

Enquanto se definiam as candidaturas presidenciais, em 21 de abril de 1937, quatro comunistas foram executados ao tentarem fugir do presídio Maria Zélia em São Paulo. Seus nomes eram: Augusto Pinto, João Varlotta, Maurício Mariel Mendes, José Constantino da Costa. O governador na época era José Joaquim Cardoso de Melo Neto do Partido Constitucionalista, em substituição a Armando Salles, que renunciara para concorrer à presidência da República pela oposição.

O Comitê Regional do PCB, que aventava apoiá-lo, ponderou: “O povo não compreenderá que, sobre os cadáveres dos nossos companheiros, negociemos ação comum com os que ele julga responsáveis pelo derrame de sangue havido”. O problema é que os “armandistas” também haviam votado pela criação da LSN, da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e do TSN. A mesma coisa eles haviam feito em relação aos diversos pedidos de prorrogação do Estado de Sítio. Isso provava que os liberais paulistas tinham pouco de democráticos.

Havia ainda a candidatura do integralista Plínio Salgado. Em 12 de junho, cerca de 30 mil “camisas verdes” marcharam pelas ruas do Rio de Janeiro e saudaram Vargas, que os recebeu no palácio. “Supunha eu, talvez, por não conhecer, que o integralismo fosse um movimento de moços inexperientes. Vejo, porém, com agradável surpresa, aqui, neste instante, homens eminentes do meu país filiados a esse movimento, que eu devo declarar me impressionam satisfatoriamente”, disse o chefe de Estado brasileiro. Imaginava-se, naquele momento, que os integralistas estavam muito próximos do poder e isso aumentava a preocupação da esquerda e dos liberais progressistas.

Em São Paulo, os comunistas apoiaram a formação da Frente Nacional Democrática (FND), ocorrida em agosto, e que tinha na sua direção um banqueiro, um advogado, dois jornalistas e dois

deputados federais – um do PRP e outro do Partido Constitucionalista. O seu manifesto inaugural denunciava a escalada mundial do totalitarismo contra a democracia e atacava o integralismo. Contudo, por pressão dos liberais, o seu programa incluiu o comunismo como uma das formas de totalitarismo.

O PCB, duramente perseguido, se dividiu quanto a qual candidatura deveria apoiar. Em agosto, o Comitê Central, dirigido por Bangu, definiu o apoio a José Américo. Os comunistas de São Paulo, liderados por Hermínio Sachetta, se opuseram a tal decisão. Defendiam que, em primeiro lugar, os candidatos deveriam se comprometer com um programa mínimo. Contudo, foram tendendo mais à candidatura de Armando Salles.

Dentro de poucos meses essas divergências levariam a uma grave divisão no partido e à formação de dois comitês centrais. Essa situação durou até o momento em que a IC resolveu a disputa a favor da ala de Bangu. Então, Sachetta e seu grupo foram expulsos. Em setembro, ainda em meio às discussões, o Comitê Central mudou-se para o Rio de Janeiro.

O Golpe do Estado Novo

Getúlio Vargas e os seus generais viviam numa situação bastante difícil diante do crescimento das campanhas presidenciais e da aproximação das eleições. Eles haviam chegado ao poder pelas armas e agora estavam sob a ameaça de perdê-lo através das urnas. Portanto, precisavam urgentemente de um pretexto para sustar o jogo em curso e impor uma solução de força, que impedisse o pleito e os mantivesse no governo.

Em junho, o Congresso recusou-se a aprovar a renovação do Estado de Sítio. No mesmo período, o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo, determinou a soltura de todos os presos políticos sem culpa formada. Era a chamada macedada. A ala direitista do governo, encabeçada por Filinto Müller, protestou e acenou com a volta do perigo comunista.

No dia 30 de setembro, o governo anunciou com estardalhaço ter descoberto um plano visando à tomada do poder pelos comunistas. Ele seria chamado de Plano Cohen. Segundo as autoridades, o texto incentivava a realização de uma greve geral violenta, incêndios de prédios públicos, promoção

de manifestações populares que terminariam em saques e depredações e até a eliminação física de civis e militares que se opusessem à insurreição.

Numa das passagens divulgadas podia-se ler: “Nos bairros elegantes e plutocratas as massas deverão ser conduzidas aos saques e depredações, nada poupando para aumentar cada vez mais a sua excitação, que deve mesmo ser conduzida a um sentido nitidamente sexual, a fim de atraí-las com facilidade”. Pela própria linguagem era possível ver que aquilo não passava de uma farsa. De fato, o plano havia sido escrito pelo capitão Olímpio Mourão Filho a pedido dos dirigentes integralistas. Alguém o pegou de sua mesa e o levou ao governo, que o utilizou nos seus planos continuístas.

O general Newton Cavalcante, simpatizante do integralismo, bradou: “Havemos de (...) desencadear uma guerra sem trégua e de morte ao comunismo ultrajante, e não consentiremos nunca que o judeu moscovita faça deste Brasil invejável o mercado sórdido e infame do nosso caráter, das nossas tradições e da nossa dignidade”. Aqui fica claro que a escolha de um nome judeu para o plano não foi ocasional, pois o anticomunismo e o antissemitismo sempre se articularam nos discursos fascistas.

A notícia do sangrento plano comunista espalhou pânico entre as classes dominantes e setores das camadas médias. Isso refletiu no Congresso e na imprensa conservadora, que pediram maior repressão. Em 1º de outubro, o governo conseguiu arrancar de um congresso assustado o Estado de Guerra por 90 dias. Os adeptos de Armando Salles, desta vez, votaram contra a proposta, mas se mantiveram em plenário dando quorum para sua aprovação. Após a promulgação da medida discricionária, os direitos constitucionais e as campanhas eleitorais foram suspensos.

Vargas criou a Comissão Executora do Estado de Sítio, composta pelo ministro da Justiça, Macedo Soares, o general integralista, Newton Cavalcanti, e o Almirante Dário Paes Leme de Castro. Este último afirmou: “Quem não for contra o comunismo é comunista”. Newton Cavalcanti, por sua vez, dividia os inimigos da pátria em dois grupos: “os comunistas e os indiferentes”. As prisões se generalizaram. Um dos primeiros a ser pego foi Pedro Ernesto, recém-inocentado pelo STM.

Em 14 de outubro, a comissão apresentou suas propostas de combate ao comunismo: prender todos os suspeitos de atividades comunistas com devassa sobre sua vida passada e presente; criar

colônias agrícolas de reeducação de comunistas não perigosos; organizar campos de concentração para reeducação dos elementos jovens simpatizantes do marxismo; designar prisão em ilha da União para receber chefes, insufladores e propagandistas ostensivos da ideologia marxista; criar campos de concentração em moldes escotistas para os filhos de presos comunistas; criar uma sistemática entre os professores para a realização de preleções diárias contra o comunismo; obrigar a imprensa a realizar campanhas anticomunistas.

Sem perda de tempo, vários parlamentares pediram asilo em embaixadas ou caíram na clandestinidade. Os donos de jornais foram convocados a apoiar a campanha anticomunista. No dia 9 de novembro, Armando Salles de Oliveira lançou um apelo ao espírito legalista das Forças Armadas. Fato que fez os acontecimentos se precipitarem.

O golpe de 10 de novembro veio no sentido de terminar com as disputas políticas, que ameaçavam Vargas, e implantar uma ditadura, que seria denominada de Estado Novo. A quase totalidade das frações das classes proprietárias apoiou o golpe, amedrontadas pelo fantasma do comunismo.

A primeira medida adotada foi a promulgação de uma nova Constituição de inspiração corporativa e fascista, escrita por Francisco Campos. O Congresso e demais casas legislativas foram fechados. Suspenderam-se as eleições para presidente, governos estaduais e prefeituras (para os quais foram indicados interventores). Extinguiu todos os partidos políticos, inclusive o integralista. Vargas afirmou: "Hoje o governo não tem mais intermediário entre ele e o povo".

Em dezembro de 1939, havia sido criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lourival Fontes. Este órgão teria um duplo papel: censurar os meios de comunicação e fazer propaganda dos feitos do governo, especialmente da imagem do presidente. No mesmo ano foi criado o programa "A Hora do Brasil", transmissão nacional e obrigatória na qual eram apresentadas as obras do governo e programações culturais. Destaques tinham as palestras semanais do ministro do Trabalho, destinadas aos trabalhadores.

Durante o Estado Novo, o Primeiro de Maio tornou-se um acontecimento oficial. Neste dia eram anunciadas as medidas do governo favoráveis aos assalariados, como a criação do salário mínimo (1940), da Justiça do Trabalho (1941), da Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Medidas encaradas com certa antipatia pelos empresários.

Sentindo-se traídos, em 11 de maio de 1938, os integralistas tentaram um golpe de mão, que se reduziu ao cerco do Palácio Guanabara, onde estavam Vargas e sua família. Os rebeldes foram rapidamente desarmados e alguns fuzilados no próprio local. O governo aproveitou para fechar suas entidades e prender centenas de integralistas, que foram se reunir aos comunistas nas prisões do Estado Novo.

Depois dessa intentona e do acirramento da repressão contra os “camisas verdes”, os comunistas mudaram sua posição em relação a Vargas. Passaram a afirmar que o apoiariam caso ele mantivesse a linha nacionalista e de combate ao fascismo. O PCB intensificou sua campanha pela instalação de uma siderúrgica no país, como meio de se conquistar a independência econômica. Esta também era uma bandeira do governo.

Todavia, isso não arrefeceu a repressão contra eles. Pelo contrário, ela aumentou e chegou ao seu auge nos anos seguintes. Em maio de 1939, caiu o Comitê Regional de São Paulo. Entre os presos estava Carlos Marighella, que havia chegado ao estado para reorganizar a direção. O partido sofreu importantes baixas e se desestruturou em vários estados.

Entre março e maio de 1940, caiu a direção central dirigida por Bangu. Foram presos além do secretário-geral, Eduardo Ribeiro Xavier (Abobora), Elias Reinaldo da Silva (André), Honório de Freitas Guimarães (Martins), Sebastião Francisco, Joaquim Câmara Ferreira (Jurandir) e Noé Gertel. Outros 50 comunistas também acabaram presos. A maioria deles foi brutalmente torturada.

Eduardo Ribeiro não resistiu quando começaram a torturar sua filha. Bangu passou pela “auréola de anjo” – tortura que consistia em colocar uma coroa em torno da cabeça e ir apertando até o preso perder os sentidos. Desesperado, Câmara Ferreira tentou suicídio cortando os pulsos. Ida D’Amico, mulher de Sebastião Francisco, depois de supliciada suicidou-se. Todos eles passaram por espancamentos, queimaduras com cigarros e maçaricos, torturas chinesas e ficaram sem as unhas. Mais degradantes eram os castigos impostos às mulheres.

Do Comitê Central apenas Domingos Brás continuava em liberdade, mas isso duraria pouco. No ano seguinte, ocorreriam novas prisões em São Paulo nas quais cairia o último remanescente do CC e todos os membros do Comitê Regional recém-reorganizado. O partido estava infiltrado de policiais e isso explicava as quedas.

Em sete de novembro de 1940, o Tribunal de Segurança Nacional condenou Prestes e os membros do Secretariado Nacional do PCB a penas que variavam de 20 a 30 anos de prisão. Assim, entre 1940 e 1941, a quase totalidade dos dirigentes comunistas estava presa ou no exílio. Como afirmou Edgard Carone, “praticamente, o PCB deixa de existir, não há mais nenhum foco de agitação; o que subsiste internamente são indivíduos comunistas, presos e soltos, mas não o PCB como organização”.

A situação ainda podia piorar. No dia 11 de junho de 1940, a bordo do encouraçado Minas Gerais, Vargas pronunciou um discurso constatando a decadência das democracias liberais e mostrando certa simpatia pelos regimes fascistas. Naqueles mesmos dias a França acabara de ser derrotada pela Alemanha e a Inglaterra passava a lutar sozinha.

Como resultado dessa ameaça, três meses depois desse discurso, os EUA aprovaram um empréstimo de 20 milhões de dólares para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Também abriu uma linha de crédito de 100 milhões para reequipamento das nossas Forças Armadas. Estas eram reivindicações antigas do Brasil junto aos Estados Unidos, que haviam resistido em atendê-las até o momento em que o país sinalizou simpatia à causa do Eixo.

Desde o início, os comunistas tenderam a considerar o conflito europeu como uma simples guerra imperialista. Não havendo razão de apoiar um lado contra o outro. Essa posição era, em grande parte, fruto do pacto de não agressão existente entre Hitler e Stalin. Contudo, em 22 de junho de 1941, rompendo o acordo firmado, a Alemanha nazista invadiu o território soviético. A partir daí, segundo os comunistas, a guerra mudava de natureza e passava a ser uma guerra pela libertação dos povos contra a barbárie nazista.

Poucos meses depois, em dezembro, o Japão atacou a esquadra estadunidense em Pearl Harbor, Havaí. Isso levou os Estados Unidos a entrarem na guerra e a cobrarem a imediata solidariedade dos outros países do continente. Logo no mês seguinte realizou-se uma conferência de chanceleres americanos. Um dos resultados desse encontro foi o rompimento de relações diplomáticas da maioria desses países com as potências do Eixo. O Brasil começava a ser arrastado para o conflito que se transformava numa guerra mundial. A partir de então submarinos alemães, sem declaração formal de guerra, passaram a atacar navios mercantes brasileiros.

Em 4 de julho de 1942, a União Nacional dos Estudantes (UNE) convocou uma manifestação exigindo a declaração de guerra à Alemanha. Ela não sabia que isso provocaria uma crise política no interior do Estado Novo. Filinto Müller tentou proibir a manifestação e se desentendeu com o ministro da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, que chegou a ordenar sua prisão por desacato. O resultado desse conflito foi a queda dos elementos mais direitistas do governo, como Filinto Müller, Francisco Campos e Lourival Fontes.

Entre 15 e 16 de agosto, mais cinco navios brasileiros foram afundados, deixando um saldo de 550 mortos. No país inteiro explodiram manifestações de ódio ao Eixo. O governo não pôde mais deter a maré antinazista e, no dia 31, decretou guerra à Alemanha e à Itália.

Os comunistas brasileiros, ao lado de outras forças democráticas e antifascistas, passaram a defender a formação de uma força expedicionária para combater na Europa. Reforçaram também a campanha internacional pela abertura de uma segunda frente a fim de ajudar os soviéticos que, naquele momento, enfrentavam sozinhos o grosso das forças militares alemãs.

Vários exilados resolveram voltar ao país para apoiar o esforço de guerra. Ao chegarem, foram presos e enviados à Ilha Grande. Os presos políticos enviaram telegramas a Vargas exigindo um posto de combate. Os pedidos foram negados. Apenas em 2 de julho de 1944 partiria o primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na Itália. Muitos jovens comunistas se alistaram e conseguiram se destacar por sua bravura nos campos de batalha.

A reorganização comunista

O novo clima surgido com a campanha pela entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, criou melhores condições para a atuação dos comunistas. As correntes democráticas e socialistas se fortaleceram enquanto os direitistas se enfraqueciam. Por isso, a partir 1942, vários grupos regionais procuravam estabelecer contatos entre si visando a reconstruir a direção nacional do PCB.

No Rio de Janeiro, o trabalho de reorganização estava bastante adiantado. Ali havia sido formada a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), que era dirigida por Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos. A eles se uniriam Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas e Pedro Pomar.

Eles defendiam que o centro da tática deveria ser de União Nacional, em torno do governo Vargas, contra o inimigo principal representado pelo eixo nazifascista e seus aliados no país. Não tinha porque, naquele momento, fazer oposição a um governo que encabeçava uma guerra contra aqueles que seriam os inimigos principais dos povos. O problema do novo regime a ser estabelecido deveria ser deixado para depois da guerra. A Conferência da Mantiqueira, que reorganizou o partido em agosto de 1943, foi obra desse grupo ainda clandestino.

Mesmo com o ingresso do Brasil na guerra, a luta entre direitistas e democratas no interior do governo ainda não estava definida. Em 9 de novembro de 1943 a polícia paulista, chefiada por Coriolano Góis, reprimiu violentamente a “Passeata do silêncio”, em defesa da redemocratização do país. O saldo foi de dois estudantes mortos e dezenas de feridos. A oposição liberal radicalizava-se.

No começo de julho de 1944, Getúlio indicou o mesmo Coriolano para a chefia da polícia do Rio. De cara, ele começou a fazer a “arregimentação” dos comunistas mais conhecidos. Entre 5 e 17 de julho, muitos deles foram levados para prestar depoimento e logo foram soltos. Na lista da polícia estavam Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, Roberto Morena e Iguatemi Ramos.

Na onda repressiva, órgãos da imprensa democrática foram fechados, como *Ilustração*, *Diretrizes* e *Seiva*. Até o ministro de Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, foi vítima dessa truculência. Em 10 de agosto, a sede do Automóvel Clube, onde ele tomava posse como presidente da Sociedade Amigos da América, foi ocupada pela polícia e a cerimônia proibida. Ao saber que Vargas concordara com aquele ato, se demitiu. Os comunistas culpavam os resquícios do fascismo presentes no governo, mas mantiveram o seu apoio.

No mês de dezembro, Coriolano prendeu 18 pessoas, a maioria era composta de comunistas notórios. Entre eles, novamente, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, Roberto Morena e Iguatemi Ramos. Na rede, desta vez, entraram também liberais prestigiados, como Virgílio de Melo Franco, Dário de Almeida Magalhães, Adauto Lúcio Cardoso, Austregésilo de Ataíde e Rafael Correia de Oliveira. Este foi uma espécie de “canto de cisne” da repressão estadonovista.

Apesar do caráter repressivo do regime de Vargas, a maioria dos estudiosos tem se recusado a defini-lo como fascista. A diferença estaria no fato de não ter se criado no Brasil um partido único

de massas, que colonizaria o Estado. Também não foi montado todo aquele aparato típico do fascismo: bandeiras, uniformes, símbolos, saudações e milícias. Um caso exemplar nos é dado pelas SS de Hitler que, de milícias privadas do partido nazista, transformaram-se na principal força repressiva do Estado alemão. Por fim, e não menos importante, é o fato de que tanto a Alemanha quanto a Itália eram países imperialistas e, portanto, o seu nacionalismo tinha um aspecto belicoso e reacionário. No Brasil – como país dependente – o nacionalismo era algo progressista.

No ano de 1945, o processo de democratização deu um salto de qualidade. Ainda em janeiro realizou-se o I Congresso Brasileiro dos Escritores, que defendeu o fim da censura, a anistia e a volta da democracia. No mês seguinte, rompendo a censura à imprensa, foi publicada no *Correio da Manhã*, uma entrevista de José Américo de Almeida na qual criticava duramente o Estado Novo.

Pressionado pela nova conjuntura aberta com a derrota do nazi-fascismo, o governo procurou dar passos no sentido da democratização. Em fevereiro assinou a Lei Constitucional determinando a definição de eleições gerais num prazo de noventa dias. Em abril, estabeleceu relações diplomáticas com a URSS e decretou a anistia a todos os presos políticos. O mais famoso deles era Luiz Carlos Prestes – agora secretário-geral do PCB. Libertado, passou a fazer grandes comícios por todo o país. O PCB, praticamente, conquistara a sua legalidade.

Foram marcadas eleições presidenciais e para o Congresso nacional em 2 de dezembro. A União Democrática Nacional (UDN) lançou o nome do brigadeiro Eduardo Gomes e o Partido Socialdemocrata (PSD) o do marechal Dutra, que havia sido o homem forte do Estado Novo. Os setores trabalhistas, descontentes com as escolhas, se mobilizaram com a palavra de ordem: “Constituinte com Getúlio!” – movimento que ficou conhecido como “queremismo”, pois na sua propaganda se dizia “queremos Getúlio!”. Os comunistas chegaram a simpatizar com ele, pois também defendiam que a Constituinte deveria preceder a eleição para presidente.

No final de outubro, os queremistas convocaram um grande comício no Rio de Janeiro. Contudo, a manifestação foi proibida pelo chefe de polícia, o ex-tenente João Alberto. Comunistas e trabalhistas protestaram e Getúlio destituiu João Alberto e indicou para o posto seu irmão Benjamin Vargas (o Beijo), sem negociar com os generais.

O medo das classes dominantes e da cúpula das Forças Armadas era quanto a uma provável aliança entre trabalhistas e comunistas – que poderia levar Vargas a permanecer no poder com um programa nacionalista e popular. Havia poucos dias – em 17 de outubro – Perón voltara ao governo nos braços dos trabalhadores argentinos. Por isso, no dia 29 de outubro, foi dado o golpe militar que derrubou o presidente. Entre seus líderes estavam Dutra e Góis Monteiro. Os mesmos que implantaram e sustentaram o Estado Novo por quase 10 anos.

O governo foi entregue ao presidente do poder judiciário, José Linhares. Este manteve a eleição presidencial e convocou a eleição para uma Assembleia Constituinte, que poria um fim ao Estado Novo.

O Partido Comunista do Brasil foi legalizado e lançou para presidente da República o engenheiro Yedo Fiúza. Os resultados obtidos nas urnas foram positivos. Conseguiu 10% dos votos e elegeu 14 deputados e um senador. Essa fase de liberdade, porém, duraria pouco. Em 1947, ele teve o seu registro eleitoral cancelado e no ano seguinte todos os parlamentares eleitos pela legenda foram cassados. O presidente era o marechal Dutra, um dos expoentes do Estado Novo. No seu governo mais de 50 comunistas seriam mortos.

O jornalista David Nasser no livro *Falta Alguém em Nuremberg*, escrito logo após o final do Estado Novo, denunciou: “enquanto os nazistas alemães pagaram ou estão em vias de pagar seus crimes espantosos, os policiais brasileiros, autores de crimes contra a humanidade, mantêm-se em seus postos, impunes e felizes, quase todos bem instalados na vida. A Comissão de Inquérito, instaurada na Câmara dos Deputados para a apuração dessas monstruosidades, vive adiante seus trabalhos, numa atitude que faz crer que esteja, em sua maioria, interessada em silenciar os fatos, veementes como o mais tremendo dos libelos. Sim, porque os culpados poderiam negar tudo, mas nada poderia fazer quando as vítimas, uma a uma, desfilassem mutiladas perante a Comissão de Inquérito”.

Talvez o caso mais típico de impunidade seja o do capitão Filinto Müller. Ele caiu do seu posto de Chefe de Polícia do Estado Novo, durante as manifestações pela decretação de guerra à Alemanha. Mas, logo em seguida, assumiu a chefia de gabinete do Ministério da Guerra e depois a presidência do Conselho Nacional do Trabalho. Com a redemocratização, elegeu-se três vezes senador da República pelo PSD, chegando a ser vice-presidente da casa, líder do partido e da maioria

(governista) no governo de Juscelino. Após o golpe militar, que apoiou, elegeu-se mais duas vezes senador, tornando-se presidente da ARENA, líder do governo e presidente do Senado. Morreu num acidente de avião na França em junho de 1973. Para homenageá-lo os parlamentares deram o seu nome a uma das alas do Senado. Um mal recentemente desfeito. A ala passará a se chamar agora Luiz Carlos Prestes.

Bibliografia

BARROS, Edgard Luiz de & FARIA, Antonio A. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1982.

CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *PCB (1922 a 1943)*. São Paulo: Difel, 1982.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa – A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DULLES, John W. Foster. *O Comunismo no Brasil (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

SOLA, Lourdes. “O golpe de 37 e o Estado Novo”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1985.

TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Filmografia

- *Memórias do Cárcere* – de Nelson Pereira dos Santos
- *Getúlio Vargas* – de Ana Carolina e Teixeira Soares
- *1930: tempos de revolução* – de Eduardo Scorel
- *35: o assalto ao poder* – de Eduardo Scorel
- *Soldados de Deus* – de Sérgio Sanz